

14 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Publicano 1 e Voldemort chegam à reta final

Operações, que têm personagens em comum, foram deflagradas em março ano passado, após mais de seis meses de investigação do Gaeco



Conduzidos pelo juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, os dois processos têm prazo aberto para pedido de diligência pelas partes

Loriane Comeli
Reportagem Local

Os processos relativos à primeira fase da Operação Publicano e à Operação Voldemort, que tratam de suposta organização criminosa incrustada na Receita Estadual e de suposta fraude em licitação na contratação de oficina para consertar a veículos da frota oficial do Estado, estão na reta final. As duas operações, que têm personagens em comum, foram deflagradas em março ano passado, após mais de seis meses de investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Conduzidos pelo juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, os dois processos estão com prazo aberto para pedido de diligência pelas partes. Depois disso, abre-se prazo para alegações finais – de cinco dias para o Ministério Público (MP) e mais cinco dias para as partes. Então, o juiz poderá sentenciá-los. “Se não houver intercorrências, acredito que em um ou dois meses”, estimou Nanuncio.

No caso da Publicano 1, eram 73 réus. Para cinco, houve suspensão condicional do processo. Dos 68 réus, 52 foram ouvidos em Londrina, entre fevereiro e abril deste ano, e 15 em outras comarcas, por carta precatória. Apenas um réu não

foi ouvido. Ele está doente, internado em unidade hospitalar, sem previsão de alta. “Em razão disso, para não atrasar o processo, determinei o desmembramento do feito em relação a este réu”, explicou o juiz. Quando tiver alta, o processo será retomado. Nem todas as testemunhas que residem fora de Londrina foram ouvidas mas, de acordo com a legislação, o juiz pode fazer o julgamento mesmo sem o cumprimento de todas as precatórias.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

14 JUN 2016

Em situação semelhante está o processo que apura suposta fraude na contratação da oficina mecânica Providence, por dispensa de licitação, ao custo de R\$ 1,5 milhão, por seis meses. Nele, seriam sete réus, incluindo o empresário Luiz Abi Antoun, que seria, segundo a acusação do Ministério Público (MP), o verdadeiro dono da oficina; o mecânico Ismar Ieger, "laranja" de Abi; Roberto Tsuneda, sócio de Abi; e o advogado José Carlos Lucca.

Cinco réus foram ouvidos em Londrina, em março ano passado. Todos negaram a acusação. Abi, por exemplo, sustentou que fazia aportes financeiros a Ieger, mas negou ser o dono da oficina.

Outros dois foram interrogados em junho em suas respectivas comarcas: o empresário do setor de combustíveis Paulo Midauar, em Bandeirantes, e Ernani Delicato, então diretor do Departamento de Transporte Oficial (Deto), órgão que promoveu a licitação, em Curitiba.

CAMPANHA

Em interrogatório na comarca de Bandeirantes (Norte Pioneiro), o empresário Paulo Roberto Dias Midauar negou participação na fraude e comentou sobre a relação próxima que mantém com Luiz Abi Antoun, que também é natural de Bandeirantes. A gravação do interrogatório, que durou 57 minutos, foi anexada ao processo na semana passada. Disse que é amigo antigo de Abi e que as relações se estreitaram durante a última campanha de Beto Richa. "Crescemos juntos... Aí, passamos a nos encontrar mais quando começou a campanha do senhor Beto Richa, primo

distante do Luiz Abi, aí que nós nos envolvemos na campanha, aí tinha mais envolvimento com ele nos últimos tempos por causa da campanha política."

Midauar admitiu que passou a Delicato (antigo amigo de Bandeirantes) o número do telefone de Ieger, de quem era cliente, pouco antes da Providence ser convidada para participar da dispensa de licitação. Também disse que ajudou Ieger a formular as planilhas para o certame. Formado em engenharia, disse que tinha facilidade com números e aceitou prestar ajuda. Disse que só queria ajudar o mecânico. "Era um cara lutador. Todos queriam ajudá-lo." Mas negou que soubesse de qualquer fraude ou burla ao procedimento de licitação.

Na denúncia, o MP sustenta que Midauar ajudou nas fraudes. Há uma gravação telefônica em que ele conversa com Ieger e falam sobre possível superfaturamento das planilhas. Midauar havia deixado um veículo Landau para consertar e pede um desconto. Ieger diz que não é possível, mas acaba cedendo. Então, Midauar brinca, perguntando se o preço da hora da mão de obra não está superfaturado: "A hora não é daquela planilha que nós montamos?", questiona o empresário. No interrogatório, Midauar não foi questionado sobre este trecho, mas diz, em outros contextos, que o Landau ainda está na Providence.

Delicato, interrogado em Curitiba, também negou fraudes. Disse que assumiu cargo confiança na Secretaria de Administração e Previdência (Seap) a convite da então secretária, Dinorah Botto Portugal Nogara, e que ele

próprio não tinha autonomia para instaurar licitação ou dispensa de licitação. Afirmou que atendeu, em Curitiba, Ismar Ieger, que teria dúvidas sobre o procedimento, mas que esta era uma situação comum.

14 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Juiz nega recurso a defesa de delator

Loriane Comeli

Reportagem Local

Em despacho publicado ontem, o juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, negou os embargos de declaração opostos pela defesa do auditor Luiz Antonio de Souza, principal delator da Operação Publicano. O advogado Eduardo Duarte Ferreira queria, com os embargos, o direito de ser ouvido antes da decisão do juiz, que anulou o acordo de delação premiada, tornando sem efeitos os benefícios concedidos ao delator, entre eles, a possibilidade de deixar a prisão no dia 30 de junho.

Souza está detido desde 13 de janeiro de 2015, após ser flagrado com uma adolescente em um motel. Em maio, fez o acordo de delação e aceitou contar tudo o que sabia sobre o suposto esquema na Receita e os programas sexuais, se comprometeu a entregar bens e a não praticar novos delitos. Porém, após o acordo, teria cometido crimes de extorsão contra empresários, conforme aponta a quinta fase da Publicano. Foi isso que motivou a rescisão.

Para Nanuncio, não havia razão para ouvir a outra parte. A mesma decisão foi tomada quanto à rescisão do acordo de colaboração premiada com a auditora Rosângela de Souza Semprebom, que está em situação semelhante ao irmão Luiz Antonio de Souza.

Ferreira disse que a decisão do juiz é “respeitável”, mais vai recorrer. “Aliás, como a lei de delação é, de certa forma, recente, as divergências acerca da sua aplicação são naturais”, afirmou. “Porém, os precedentes do STF mostram outro panorama.”

14 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Mesários

Desde ontem os juízes eleitorais de cada município já podem começar a nomear os mesários e os membros das mesas receptoras dos locais de votação para as eleições. O prazo final para essa nomeação é 3 de agosto. Todo eleitor a partir dos 18 anos em situação regular pode ser convocado para trabalhar no dia da votação, com exceção dos candidatos e seus parentes até o segundo grau e também parentes por afinidade. Também estão impedidos de ser mesários os integrantes dos diretórios de partidos que exerçam função executiva, os agentes e autoridades policiais, assim como os funcionários com cargos de confiança do Executivo e os que pertencem ao serviço eleitoral.

Convocação

A convocação dos mesários deve se dar por um comunicado oficial da Justiça Eleitoral publicado no Diário Oficial. Além disso, o eleitor poderá receber pelos Correios uma carta convocatória ou um e-mail, caso esta opção tenha sido anteriormente autorizada, por escrito, pelo eleitor no cartório eleitoral. A lista de convocados também será fixada nos cartórios eleitorais.

MAZZA

Piada pronta

Em andamento no legislativo estadual um projeto que proíbe inauguração de obra inacabada como se dá com escolas. O problema não é esse e sim o de pagar por empreitada inconclusa, como se percebe na atual gestão com a Quadro Negro, sob exame do Gaeco. Com isso aí nem o Centro Cívico seria legal, visivelmente incompleto. Por exemplo: além do Tribunal do Juri o que havia para o Judiciário? O Palácio que ele ocupa é uma adaptação do prédio que uniria todas as secretarias de Estado, hoje enriquecido com um Anexo de igual porte e mais ainda a antiga sede do Alçada, ora incorporada e que ocupou o espaço da antiga fábrica de Pianos Essensfelder que, mesmo "tombada", foi regularmente esnobada. Uma infração em cima da outra. Por sinal que locação de prédio para o poder público sempre foi bom negócio. A fome predial da burocracia é pantagruélica.

'Supremo virou corte

criminal'

Só no âmbito da Lava Jato,
STF mantém sob sua
tutela investigações que
envolvem 134 políticos

Fausto Macedo,
Julia Affonso e
Mateus Coutinho
Agência Estado

São Paulo - O novo presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Veloso, defende o fim do foro privilegiado. Segundo Veloso, o benefício criado no regime militar, transformou o Supremo Tribunal Federal (STF) em uma Corte criminal. "Todos devem ter foro na primeira instância a partir da competência dos crimes cometidos", propõe. Veloso, de 52 anos, toma posse amanhã no Clube Naval de Brasília, para um mandato de dois anos.

Apenas no âmbito da Operação Lava Jato, o Supremo mantém sob sua tutela investigações que envolvem 134 políticos, entre

deputados e senadores, segundo dados oficiais da Procuradoria-Geral da República.

Permanecem sob responsabilidade da primeira instância da Justiça Federal as ações que envolvem políticos que não têm foro especial, como ex-deputados e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na última sexta-feira, o ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato na Corte máxima, mandou devolver para o juiz Sérgio Moro, de Curitiba - base da maior operação já realizada no País contra a corrupção - os autos da investigação que atribui ao petista proprietários como o sítio Santa Bárbara, em Atibaia (SP) e o apartamento triplex no Condomínio Solaris, Guarujá.

Outra meta de gestão do novo presidente da Associação dos Juizes Federais é lutar para a ampliação dos

cinco atuais Tribunais Regionais Federais (TRFs) e a implementação das novas quatro Cortes criadas pela Emenda Constitucional 73, previstas para funcionar em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e em Manaus.

A Emenda 73 foi aprovada pelas Mesas da Câmara e do Senado em 6 de junho de 2013 e deveria entrar vigor seis meses após a sua publicação no Diário Oficial. No entanto, há quase três anos, no dia 17 de julho de 2013, durante o recesso do Judiciário, o então presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, suspendia, por meio de liminar, a Emenda Constitucional. Até hoje, a liminar não foi levada a Plenário.

Joaquim Barbosa, aposentado há quase dois anos, decidiu suspender os efeitos da emenda no plantão do recesso de julho ao julgar o pedido de liminar na ação de inconstitucionalidade (ADI 5.017) proposta pela Associação Nacional dos Procuradores Federais (Anpaf), entidade que congrega os advogados da União.

CONTINUA

14 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Roberto Veloso considera que terá “total apoio” do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, na sua luta para derrubar a liminar que barrou a Emenda 73. O parecer da Procuradoria é pela “não confirmação da liminar concedida monocraticamente e, em definitivo, pela improcedência do pedido”. A ação está concluída ao ministro Luiz Fux desde 9 de outubro de 2015.

O juiz federal também pretende se dedicar à reestruturação da carreira e à valorização pelo tempo de exercício da magistratura. Roberto Veloso prega a ampliação da participação dos juizes federais na Justiça Eleitoral e a transparência dos processos administrativos do Conselho da Justiça Federal (CJF).

14 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Procuradoria pede condenação de Cunha

Mateus Coutinho

Agência Estado

Curitiba - A força-tarefa da Lava Jato do Ministério Público Federal (MPF) em Curitiba protocolou ontem na Justiça Federal do Paraná, ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o deputado federal afastado da presidência da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). O peemedebista já é apontado como beneficiário direto do esquema de corrupção instalado na Diretoria Internacional da Petrobras, na cota do PMDB no esquema. Também são alvos da ação a mulher do deputado, Cláudia Cordeiro Cruz, o ex-diretor da Petrobras Jorge Luiz Zelada, o acusado de ser operador do PMDB no esquema, João Augusto Rezende Henriques, e Idalécio Oliveira, empresário português proprietário da CBH (Companie Beninoise des Hydrocarbures Sarl).

A ação proposta envolve o mesmo episódio da denúncia contra a mulher de Cunha, que é a compra pela Diretoria Internacional da Petrobras, de 50% dos direitos de exploração petrolífera sobre o bloco 4 localizado em Benin, na África, em 2011. Para que o negócio, de cerca de US\$ 34,5 milhões, fosse concluído, foi acertado, segundo a Procuradoria da República, o pagamento de propina na ordem de US\$ 10 milhões (R\$ 35 milhões) e, desse total, US\$ 1,5 milhão foi destinado diretamente para Cunha. De acordo com

a investigação, a propina foi recebida no exterior em contas titularizadas por trustes e em nome de offshore controladas pelo parlamentar. A negociação, além de ter sido danosa ao patrimônio da estatal, foi concluída com o intuito principal de distribuir vantagens indevidas aos demais integrantes do esquema criminoso.

O MPF também apontou fortes indícios de enriquecimento ilícito do parlamentar que foi evidenciado pela movimentação de valores expressivos nas contas Orion SP, Triumph SP e Netherton mantidas pelo político no exterior e descobertas pelos investigadores da Suíça, mas que não foram declaradas às autoridades brasileiras.

Pelas irregularidades cometidas, a força-tarefa pede na ação a reparação do dano no valor de US\$ 10 milhões, a perda dos bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio dos demandados, o pagamento de multa civil de três vezes o valor do locupletamento ilícito, a indisponibilidade de bens dos envolvidos no esquema de corrupção, além de pagamento de danos morais coletivos fixadas em patamares suficientes para desestimular a continuidade das práticas ilícitas. Os procuradores pedem ainda a suspensão dos direitos políticos de Cunha por 10 anos, a perda do enriquecimento ilícito e a proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de 10 anos.

14 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Protagonismo traz novos desafios ao STF

Centralidade na crise política evidencia problemas do tribunal, como falta de regras para conduta dos ministros

Especialistas criticam excesso de entrevistas e de decisões individuais e apontam distorção com foro privilegiado

THAIS BILENKY
DE SÃO PAULO

O protagonismo do Supremo Tribunal Federal na crise política nacional expõe problemas internos, o que pode abalar sua imagem, afirmam profissionais do direito.

As principais falhas mencionadas são a frequência com que ministros exteriorizam opiniões e a falta de regras para algumas condutas, além do número elevado de decisões individuais, em detrimento das colegiadas.

Menções a suposta influência de políticos com ministros em conversas privadas reveladas pela Operação Lava Jato atestam, ainda que involuntariamente, a incapacidade do STF de se manter afastado da disputa de poder.

Para os especialistas, as falas, em si, não provam nada, mas não há mecanismo que evite conjecturas.

Ao contrário: faltam regras para encontros privados dos ministros, e a divulgação da agenda fica a critério do gabinete. Tampouco é estipulado quais temas entram na pauta do plenário e quando.

As regras existentes, por sua vez, costumam ser ignoradas. O prazo de um pedido

de vista, de duas sessões, raramente é observado. Decisões liminares, concedidas em caráter provisório por um único ministro, deveriam ser submetidas a plenário imediatamente. Mas podem perdurar por anos, até.

No calor da crise, questionamentos se acirram quando se trata de casos como o do afastamento de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) da presidência da Câmara.

O Supremo demorou quase seis meses para deliberar, em meio a pressões para que o fizesse tanto antes quanto depois da sessão que abriria o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Decidiu duas semanas depois, alegando ter seu próprio ritmo.

“Quando não há regra clara, abre-se um flanco para especularem”, afirmou o professor titular de direito da USP Virgílio Afonso da Silva.

O mesmo ocorreu quando da nomeação do ex-presidente Lula como ministro de Dilma. O ministro Gilmar Mendes a suspendeu, em março, em decisão liminar. Quando entrou na pauta do STF, apenas em abril, Teori Zavascki pediu adiamento.

A presidente foi afastada, e o caso perdeu objeto.

VOLUME

O STF julga 80 mil casos por ano, a maioria dos quais em decisões monocráticas. Nos EUA, são cerca de 100 e na África do Sul, outro extremo, 25, compara Silva.

O Supremo ainda viu crescer o número de julgamentos de políticos com foro privilegiado com a Lava Jato.

“Certo é que o STF não tem condições materiais de dirigir as centenas de investigações e instruir e julgar as centenas de ações penais originárias”, afirmou o ex-ministro do tribunal Carlos Velloso.

Espécie de referência moral, “o Supremo acaba engolido na crise, perde prestígio e a aura de respeitabilidade”, observou ele. “A judicialização da política macula a função jurisdicional.”

Para Oscar Vilhena Vieira, diretor da Faculdade de Direito da FGV-SP e colunista da *Folha*, o foro privilegiado sobrecarrega o STF, gerando “um desgaste de sua autoridade, que poderia ser evitado se a função de julgar políticos estivesse melhor distribuída”.

Não é só isso. Com sessões televisionadas e larga jurisdição, o STF demandaria a discricção dos titulares. Constatase, entretanto, um “excesso de manifestações individuais”, complementa Vieira.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

CHOQUE DE PODERES

O pedido de prisão de caciques do PMDB pelo procurador-geral, Rodrigo Janot, causou nova controvérsia.

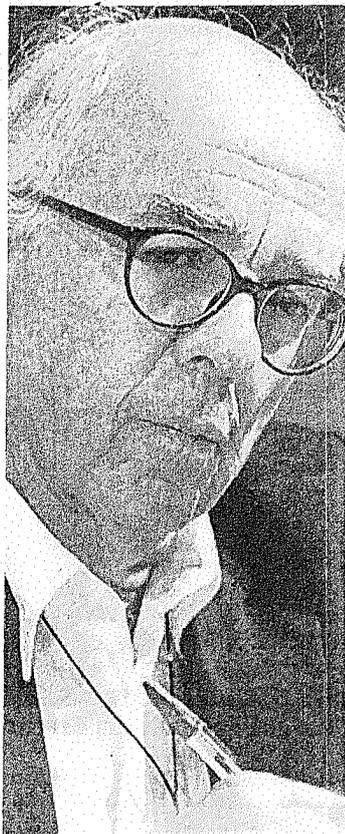
Ministros reclamam da revelação de que o pedido está parado no Supremo, congressistas pediram a não interferência e setores criticam o corporativismo do Congresso.

O advogado Ives Gandra Martins disse temer "a criação de uma crise seletiva por parte do bom procurador-geral". "Não é qualquer solicitação que deve ser examinada em função dos elementos

apresentados, sem que outros aspectos, principalmente o de evitar uma crise nacional, sejam considerados", disse.

O ex-procurador-geral Claudio Fonteles sai em defesa de Janot. "Ele não está inventando nada. Ele apresenta quadro probatório gravíssimo e se vale do instrumental jurídico para pedir o afastamento, via restrição da liberdade, porque pessoas continuam a obstruir a Justiça, e isso é um crime gravíssimo."

Favorável ao foro, Fonteles não acha que o STF esteja sobrecarregado e diz ser "positivo que as controvérsias sejam judicializadas, porque é o caminho da democracia".



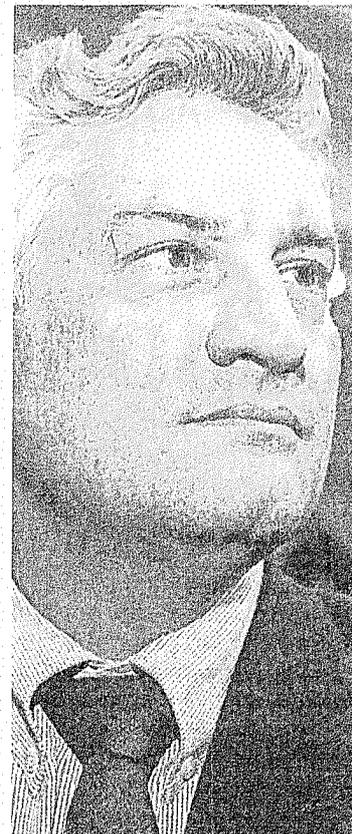
“ É muito positivo que as controvérsias sejam judicializadas, porque é o caminho da democracia

CLAUDIO FONTELES
ex-procurador-geral



“ Envolvido na crise política, o STF acaba perdendo prestígio, a aura de respeitabilidade de que devem gozar os tribunais

CARLOS VELLOSO
ex-ministro do STF



“ O excesso de manifestações individuais de seus ministros não contribui para a autoridade do tribunal

OSCAR VILHENA VIEIRA
diretor da Faculdade de Direito da FGV-SP e colunista da Folha

14 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ação pede suspensão de direitos de Cunha

Procuradores da força tarefa da Operação Lava Jato entraram ainda com pedido de indenização de R\$ 10 milhões

Peemedebista pode perder direitos políticos por dez anos; aliados articulam para livrá-lo de cassação na Câmara

O deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) virou alvo de nova ação por corrupção na Petrobras — desta vez, na Justiça Federal do Paraná.

Cunha é acusado de improbidade administrativa pela força-tarefa da Lava Jato, que ingressou com uma ação civil pública nesta segunda (13).

Os procuradores pedem, além de uma indenização de US\$ 10 milhões, a suspensão dos direitos políticos do deputado por dez anos.

Os procuradores afirmam que Cunha é um “beneficiário direto do esquema de corrupção instalado na diretoria Internacional da Petrobras”.

Segundo a força-tarefa, o parlamentar recebeu US\$ 1,5 milhão para viabilizar a compra, pela Petrobras, de um bloco para exploração de petróleo na costa do Benin, na África, em 2011.

O deputado tem afirmado, em sua defesa, que nunca recebeu “qualquer vantagem indevida de quem quer que seja”, e que tem convicção de que provará sua inocência.

Ele sustenta que o dinheiro em contas no exterior tem origem lícita, fruto de negócios que teria feito antes de entrar na vida pública — entre eles a venda de carne para o exterior e investimentos em ações.

CASSAÇÃO

Na véspera da votação prevista pelo Conselho de Ética do relatório que pede a cassação de Cunha, aliados do peemedebista centraram articulações em três frentes para tentar livrá-lo da perda do mandato.

A mais urgente prevê a aprovação de uma punição mais branda, a suspensão do mandato por três meses.

Hoje, há uma estreita maioria de 10 a 9 a favor de Cunha, mas o voto decisivo está nas mãos da deputada Tia Eron (PRB-BA).

Nesta segunda (13), parlamentares apostavam suas fichas no cenário mais favorável, em que Tia Eron ceda às pressões de sua sigla e vote a favor do peemedebista. Com isso, Cunha se livra do parecer pela cassação por 11 votos a 9. O PRB tem um ministério no governo Temer. Nos bastidores, a avaliação é de que a ação do Planalto sobre a cúpula da sigla foi preponderante para mobilizar a pressão da legenda sobre ela.

Se Eron votar contra Cunha, haverá empate e o voto de minerva caberá ao presidente do Conselho, José Carlos Araújo (PR-BA), desafeto declarado do peemedebista.

Se conseguir se salvar no colegiado, Cunha dará início à segunda articulação, que prevê alterações pela CCJ nas regras de cassação de mandato. O parecer do Conselho de Ética deve, em tese, ser submetido ao plenário, que pelas

regras atuais é soberano para confirmar ou não a decisão.

Se o Conselho aprovar a cassação, por exemplo, Cunha só perde o mandato se o plenário confirmar o parecer com pelo menos 257 dos 513 deputados. Se a punição for branda, há divergência sobre se o caso vai ou não para o plenário.

Cunha quer garantir que, uma vez penalizado com a suspensão do mandato, os deputados não possam rejeitar a decisão e votar a cassação.

Nesse esforço se dá a terceira linha de atuação, na qual aliados que passaram a ventilar que ele poderá renunciar à presidência da Casa, em troca do apoio pela manutenção do mandato.

Há ainda uma avaliação de que seria melhor que Cunha renunciasse para se defender das denúncias no STF. (ESTELITA HASS CARAZZAI, RANIER BRAGON, DÉBORA ÁLVARES, DANIELA LIMA)

14 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

A LONGA LISTA

A OAS citou o senador e chanceler José Serra (PSDB-SP) nas negociações para firmar acordo de delação premiada na Operação Lava Jato. O tucano integra lista de quase uma centena de políticos sobre os quais a empreiteira promete dar informações detalhadas de contribuições para campanhas eleitorais.

LISTA 2

Serra pode integrar também a delação da Odebrecht. Ele já aparecia na lista de mais de 200 políticos que foi obtida em operação de busca e apreensão feita na casa de um dos executivos da empreiteira.

VIVA VOZ

O chanceler sempre foi admirado na Odebrecht por pessoas do calibre de Pedro Novis, que antecedeu Marcelo Odebrecht na presidência da empreiteira. Novis vai depor na Lava Jato.

NO MUNDO

A coluna procurou Serra mas a assessoria do chanceler diz que não conseguiu encontrá-lo até o fechamento desta edição.

QUARTO-CIRCUITO

A promotora Laila Shukair foi eleita presidente do MPD (Movimento do Ministério Público Democrático) para o biênio 2016/2018.

14 JUN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Brasil cai no ranking dos direitos da criança

País registrou piora em três de sete indicadores de avaliação

O índice KidsRights é um ranking global atualizado anualmente que mede o nível de aderência dos países e as suas condições de melhoria dos direitos da criança. No índice deste ano, O maior número de altas e quedas na lista desse ano ocorreu entre países da América Latina e do Caribe, sendo que o Brasil apresentou a queda mais acentuada.

No ano passado, o Brasil foi avaliado pelo

Comitee on the Rights of the Child (CRC) (Comitê de Direitos da Criança), que declarou que a queda no ranking foi devido ao desempenho fraco do país no quesito 'Ambiente Favorável aos Direitos da Criança'. O país registrou uma piora em três dos sete indicadores e não obteve melhora em nenhum dos outros indicadores desde a sua última avaliação pelo CRC em 2004. O Brasil

recebeu a pontuação mínima em três indicadores: Ausência de Discriminação, Melhor Orçamento Disponível e Coleta e Análise de Dados Desagregados.

Os problemas apontados incluem discriminação estrutural contra crianças indígenas e afrodescendentes, portadoras de deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais, entre outras condições adversas. ●

Justiça Trabalhista faz semana da conciliação em todo o país

Até sexta-feira (17) juizes e magistrados dos tribunais regionais do Trabalho de todo o país participam da 2ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista. Com o slogan "Conciliação: você participa da solução", o mutirão começou nesta segunda-feira (13) e tem como objetivo solucionar processos trabalhistas promovendo o acordo en-

tre patrões e empregados.

Para o vice-presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ministro Emmanoel Pereira, a conciliação é a melhor maneira de solucionar litígios, e a prática acelera o processo judicial. "Todos ganham com essa prática, a começar pelas partes que vão ter suas querelas resolvidas de forma célere."

São passíveis de con-

ciliação os processos em que as empresas demonstraram interesse em apresentar proposta para resolver o caso durante a semana do mutirão. O contato da empresa com a vara ou tribunal é feito anteriormente. O empregado que tenha processo trabalhista tramitando deve procurar um advogado para verificar se foi incluído na conciliação. ●

14 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cartórios são liberados para fazer inventário, partilha e separação consensual

A Corregedoria Nacional da Justiça publicou norma autorizando os tabelionatos de nota do país a elaborarem inventários, partilhas, separação, divórcio e extinção de união estável consensuais, quando houver filhos ou herdeiros emancipados e/ou incapazes. Conforme a Recomendação 22/2016, a restrição para o procedimento administrativo em cartório só acontecerá quando não

existir consentimento entre as partes e nos casos em que envolver filhos incapazes e nascituros.

De acordo com o advogado Fernando Sperb, que atua na área de partilha de bens da Sociedade de Advogados Alceu Machado, Sperb & Bonat Cordeiro, “a matéria foi reiterada e disciplinada, agora, no artigo 733 do novo Código de Processo Civil (CPC), tendo a recomendação do CNJ observado a Lei

11.441/2007 (que alterava o revogado Código de Processo de Civil de 1973), bem como a Resolução 35/2007, do próprio Conselho”, diz.

Segundo ele, “há que se observar que a escritura pública não dependerá de homologação judicial, mas as partes deverão ser assistidas por advogado ou defensor público, conforme dispõem os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 733”, esclarece Sperb.

CNJ faz consulta sobre uso de nome social em serviços judiciários

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) iniciou ontem consulta pública sobre uma proposta de resolução para que seja regulamentado o uso do nome social em serviços judiciários. A consulta vai até o próximo dia 30.

O texto da resolução proposta assegura que pessoas trans, travestis e transexuais, “usuárias dos serviços judiciários, aos magistrados, aos estagiários, aos servidores e trabalhadores terceirizados do Poder Judiciário”, tenham a possibilidade de usar o nome

social no registro, sistemas e documentos. “Entende-se por nome social aquele adotado pela pessoa, por meio do qual se identifica e é reconhecida na sociedade, a ser declarado pela própria pessoa, sendo obrigatório o seu registro” diz o texto da proposta.

A resolução sugere, ainda, que o Processo Judicial Eletrônico (PJe) tenha um campo “especificamente destinado ao registro do nome social desde o cadastramento inicial ou a qualquer tempo, quando requerido”.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Somente
farmácias
hospitalares
podem
armazenar
fórmulas
prontas

Apenas as farmácias hospitalares podem manter estoque de fórmula magistral — medicamento prescrito pelo médico, que especifica os componentes, suas concentrações e estabelece a quantidade necessária para um tratamento. Com base nesse entendimento, a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (PR, SC e RS) negou pedido de uma farmácia de manipulação comum para anular a resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que limitou o armazenamento desses produtos.

Em junho do ano passado, uma drogaria de Sapucaia do Sul (RS) moveu ação na Justiça Federal de Canoas contra a Resolução 67/2007 da Anvisa. A norma diz que somente os estabelecimentos privativos de hospitais podem manter fórmulas já prontas a fim de dar conta da demanda.

Conforme a empresa, a diferença entre os dois tipos de farmácias seria apenas a localização, uma atende o público em geral e a outra o público de um hospital. Portanto, a norma estaria violando o princípio da livre concorrência.

A 2ª Vara Federal de Canoas rejeitou as alegações, levando a empresa a recorrer ao tribunal. Na 4ª Turma, a desembargadora federal Vivian Josete Pantaleão Caminha manteve a sentença de primeira instância.

14 JUN 2016

Indenização
por dano moral
não exige
condenação
criminal

As instâncias cível e penal têm relativa independência entre si, conforme estabelece o Código Civil, não havendo necessidade de ação ajuizada na primeira ser suspensa para se aguardar o desfecho na segunda.

Com base nesse entendimento, o Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou sentença de primeiro grau que condenou um homem de 30 anos a pagar R\$ 102,6 mil de indenização por dano moral ao pai de um músico, assassinado pelo acusado.

O homicídio aconteceu na madrugada de 30 de março de 2015, em frente a um bar no Embaré, em Santos (SP), onde a vítima havia acabado de se apresentar junto com sua banda.

O músico levou um tiro nas costas, e o acusado admitiu a autoria do disparo. O juiz Antônio Álvaro Castello, da Vara do Júri de Santos, reconheceu que há prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria para determinar que o réu seja submetido a júri popular.

No entanto, a defesa do acusado recorreu dessa decisão perante o TJ-SP para afastar as qualificadoras do motivo torpe e do emprego de recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

14 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Imprecisão técnica em notícia não causa dano moral

A simples imprecisão no emprego de termos técnicos, próprios da linguagem jurídica, não compromete a veracidade de uma notícia, ainda mais quando o texto relata fatos, sem o propósito deliberado de deturpá-los. Com este entendimento, a 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul manteve, na essência, sentença que negou danos morais a dois rapazes retratados como “vândalos” numa reportagem de jornal, na Comarca de Santa Maria.

Como o veículo estampou na capa que ambos foram “condenados por danificar placa de sinalização”, os autores ajuizaram ação indenizatória contra a empresa jornalística, pedindo reparação a título de danos morais. Na petição, afirmam que o jornal se excedeu no seu direito de informar, já que não foram condenados pela Justiça. Em verdade, apenas assinaram a suspensão condicional do processo, proposta pelo Ministério Público, em audiência realizada dia 7 de maio de 2012, quando foi extinta sua punibilidade pelos fatos narrados na denúncia — dano ao patrimônio público.

14 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Teori devolve inquêritos contra Lula para Moro

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal, decidiu encaminhar todas as investigações envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o juiz Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância. No mesmo despacho, Teori determinou a anulação dos grampos telefônicos em que Lula conversa com a presidente afastada Dilma Rousseff.

14 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Teori manda processo de Lula para Moro

Relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki invalida áudios em que Dilma Rousseff fala com o ex-presidente sobre nomeação na Casa Civil

● O ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu encaminhar nesta segunda-feira (13) todas as investigações envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o juiz Sergio Moro, da 13.^a Vara federal de Curitiba, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância. Entre elas a que apura se Lula é ou não dono de um sítio em Atibaia (SP) e de um triplex no Guarujá (SP), ambos imóveis que receberam reformas custeadas por empreiteiras investigadas na Lava Jato.

No mesmo despacho, Teori determinou a anulação dos áudios interceptados por Moro envolvendo a presidente afastada Dilma Rousseff. Dilma foi captada em uma conversa com Lula no dia 16 de março em que avisa o ex-presidente sobre o envio do documento de posse na Casa Civil. Na ocasião, Dilma foi acusada de nomear Lula ministro para conceder-lhe foro privilegiado, tirando o processo do ex-presidente das mãos de Moro. Uma semana antes, Lula tinha sido conduzido coercitivamente a prestar depoimento à Polícia Federal, o que aumentou o temor de que pudesse ser preso.

Para o juiz da Lava Jato, os diálogos sugeriam uma tentativa de influenciar no andamento das investigações da operação. Por decisão de Moro, os áudios foram tornados públicos, aumentando ainda mais a crise vivida pelo governo Dilma. Como consequência, o ministro Gilmar Mendes, do STF, acolheu um pedido para barrar a posse de Lula na Casa Civil.

Os inquéritos por suspeita de obstrução à Justiça que envolvem Lula e Dilma per-

manecem no Supremo, porque a petista ainda detém foro. A decisão de Teori acata a manifestação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que solicitou à Corte a remessa dos autos das investigações envolvendo Lula para a primeira instância, já que ele não tem foro privilegiado.

Nulidade da prova

Sobre as escutas, Teori afirma que o juiz de Curitiba usurpou a competência do STF ao autorizar e divulgar gravações de pessoas que detinham foro privilegiado. O ministro do Supremo também diz que a nulidade da prova colhida deve ser apenas das escutas telefônicas captadas após a decisão que determinou o encerramento da interceptação.

“Cumprir deixar registrado que o reconhecimento, que aqui se faz, de nulidade da prova colhida indevidamente deve ter seu âmbito compreendido nos seus devidos limites: refere-se apenas às escutas telefônicas captadas após a decisão que determinou o encerramento da interceptação”, diz o texto.

“Não se está fazendo juízo de valor, nem positivo e nem negativo, sobre o restante do conteúdo interceptado”, completou Teori.

TESOUREIRO

Uma possível delação do ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto será feita com o aval da cúpula do partido. Segundo interlocutores da sigla, a decisão de Marcelo Odebrecht e Léo Pinheiro, da OAS, de delatarem esquema ilegal de doações para campanhas tornou a delação de Vaccari necessária. Nas palavras de um petista, “é melhor que os corruptos falem ao invés de só os corruptores”.

CONTINUA

Instituições ainda dependem de heróis

Kelli Kadanus

● O Brasil vive uma “onda de adoração” ao juiz federal Sergio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato. Com sua atuação rápida, o juiz acabou caindo nas graças da população, cansada de assistir a um Judiciário lento e burocrático.

O estágio avançado e a duração da Lava Jato — que completou dois anos — mostram que as instituições brasileiras têm um potencial de avançar muito no combate ao crime — seja de que espécie for. O problema é que elas ainda dependem muito de pessoas, de personagens como Moro, para se revelarem eficazes.

Para o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Carlos Lima, a Lava Jato poderia não ter alcançado o sucesso que atingiu se o juiz do caso fosse outro, por exemplo. “A gente tem que dar o mérito ao juiz que nós temos, assim como nós aqui [do MPF] temos mérito porque desenvolvemos uma tecnologia lá atrás no Caso Banestado ainda”, argumenta Lima, que também atuou nas investigações envolvendo o banco, em 2005.

“Nós poderíamos ter problemas eventualmente com a demora, porque o juiz Sergio Moro é uma pessoa extremamente ágil nas demandas. Poderíamos ter uma dificuldade aqui ou ali com a produção de uma prova ou outra”, diz Lima.

O problema das instituições, segundo o cientista político da PUCPR Mario Sergio Lepre, pode ser dividido em dois pontos principais: falta de investimento do Estado em instituições cada vez mais especializadas e vontade dos servidores em se especializarem. “Acho que o Sergio Moro tem um aprendizado muito grande em cima desse tipo de crime. Ele e toda a equipe. Aí fica mais fácil de ter uma visão ampla, dos desdobramentos. É o entendimento do *modus operandi*”, explica.

Para Lepre, há a necessidade de criação de varas especializadas no combate a vários tipos de crimes, como ambiental, de colarinho branco, de lavagem de dinheiro. Outro ponto importante, segundo o cientista político, é o interesse pessoal dos servidores dessas instituições.

14 JUN 2016

GAZETA DO POVO

● GASTOS PÚBLICOS

Viagens de 5 deputados ao exterior custaram R\$ 106 mil à Assembleia

Parlamentares do Paraná passaram por Japão, Espanha, Rússia, China, Coreia do Sul e Bélgica

| *Euclides Lucas Garcia*

● Em três meses, cinco deputados estaduais do Paraná gastaram R\$ 106 mil em viagens à Europa e à Ásia. São eles: Paulo Litro (PSDB), Tião Medeiros (PTB), Marcio Nunes (PSD), Guto Silva (PSD) e Alexandre Guimarães (PSD).

Representando a Assembleia Legislativa em eventos pelo mundo, os parlamentares passaram por Japão, Espanha, Rússia, China, Coreia do Sul e Bélgica. À reportagem, a Mesa Executiva da Casa informou que as viagens seguem o procedimento legal e disse que tenta fazer com que elas tenham o menor custo possível para os cofres públicos.

O primeiro parlamentar a viajar em 2016 foi Paulo Litro. Em março, durante 11 dias, ele esteve em quatro cidades do Japão, onde participou do programa "Juntos! Japan-Latin America and the Caribbean Exchange Program". De acordo com o site do Legislati-

vo, o tucano participou de reuniões nas quais discutiu "os desafios econômicos dos dois países diante do cenário mundial", além de ter visitado grandes empresas japonesas. No total, ele gastou R\$ 10,9 mil em diárias — as passagens foram custeadas pela entidade que organizou o evento.

Na sequência, Tião Medeiros integrou uma missão técnica do estado que debateu o planejamento logístico das matérias-primas de fertilizantes, em Moscou e São Petersburgo, na Rússia. O parlamentar afirmou que o principal objetivo foi visitar a empresa Uralkali, maior produtora de cloreto de potássio do mundo, para vencer a disputa com Maranhão e Rio Grande do Sul e trazer a operação logística da multinacional para o Porto de Paranaguá. Posteriormente, o grupo paranaense passou por Barcelona para conhecer o modelo portuário da cidade espanhola e replicar as boas ideias no estado. O custo total da viagem ficou em R\$ 35 mil.

Ratinho Jr.

Em maio, três parlamentares do PSD, partido de Ratinho Jr., acompanharam o secretário do Desenvolvimento Urbano em missões oficiais. Marcio Nunes e Guto Silva es-

tiveram em Pequim, na China, para participar do lançamento do Escritório de Cooperação Paraná-China. Na passagem pelo país, de acordo com a assessoria de Silva, foi fechada a liberação de uma carta de crédito de R\$ 3 bilhões de dólares com a agência chinesa de desenvolvimento para serem usados em parcerias público-privadas (PPPs) no estado.

Já em Seul, na Coreia do Sul, foi negociada a possível instalação, em Pato Branco, de uma indústria coreana produtora de lâmpadas de LED para a iluminação pública. Lá, eles também visitaram duas empresas que produzem placas de energia solar, com a ideia de implantar um projeto nesse sentido nas escolas estaduais paranaenses. A missão custou ao todo R\$ 41,9 mil.

Também ao lado de Ratinho, Alexandre Guimarães esteve em Bruxelas (Bélgica) e Barcelona. Na Espanha, participou da Conferência de Infraestruturas Inteligentes. Em território belga, reuniu-se com representantes do governo do país e da União Europeia, além de atuar em reuniões sobre defesa civil e mobilidade e infraestrutura urbana. A viagem custou R\$ 18.250.

14 JUN 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Ao mestre, com carinho

A OAB-PR promove hoje e amanhã homenagens ao renomado advogado e professor René Dotti pelos seus 55 anos de atuação na advocacia. Hoje, será lançado o livro *Perspectivas das Ciências Criminais: Coletânea em homenagem aos 55 anos de atuação profissional do Professor René Ariel Dotti*, com a participação do jurista Miguel Reale Júnior, que fará a conferência de abertura da sessão, a partir das 19 horas, na sede da seccional, no Ahú.

O evento tem o apoio da OAB-PR, do Instituto dos Advogados do Paraná e de outras instituições de ensino jurídico.

COLUNA DO LEITOR

Ações judiciais 1

Se, por um lado, a Operação Lava Jato demonstra que as instituições do Judiciário estão em sintonia com os anseios da sociedade brasileira no século 21, por outro as ações judiciais movidas em caráter indiscutivelmente intimidatório por magistrados e promotores do MP estadual contra jornalistas da **Gazeta** provam que muitos desses servidores públicos ainda estão estacionados no século 19. Pior que os privilégios e regalias indecentes que recebem num país de miseráveis é essa atitude provinciana, inaceitável e imoral dos senhores que devem ser os guardiões da lei. Se o Paraná tem orgulho do seu Judiciário federal, agora tem motivos para se envergonhar do estadual.

Sandro Ferreira

AÇÕES JUDICIAIS 2

Meu apoio e solidariedade à **Gazeta**! Temos de repudiar qualquer forma de censura. Magistrados não estão acima do bem e do mal. Os tempos são de transparência e a sociedade não tolerará retrocessos.

Fabício Marques de Souza

14 JUN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

OBRIGAÇÕES

Japonês da Federal terá que cumprir algumas imposições após condenação

Estadão Conteúdo

A Justiça do Paraná impôs oito obrigações ao agente Newton Ishii para que ele possa cumprir inicialmente em regime domiciliar e com tornozeleira eletrônica a pena que recebeu, de quatro anos e dois meses de prisão, por facilitação de contrabando na fronteira com Foz do Iguaçu. O agente da PF ficou conhecido como o 'Japonês da Federal' por conta de sua participação em prisões na Operação Lava Jato.

Acessório usado por al-

guns empreiteiros poderosos, réus da maior investigação já realizada no País contra a corrupção, a tornozeleira agora vai fazer parte da rotina do agente que os escoltou para a prisão em Curitiba, base da Lava Jato.

Ao permitir que 'Japonês da Federal' cumpra a pena em "regime semiaberto harmonizado" - entre 23h e 5h em casa e durante o dia no trabalho -, a 2.ª Vara de Execuções Penais de Curitiba determinou que ele tenha cuidados especiais com a peça que levará presa à perna.

"Não queimar, quebrar, abrir, forçar, danificar ou inutilizar a tornozeleira eletrônica ou qualquer um dos acessórios que a acompanham, ou deixar que pessoa diversa o faça, sendo de sua integral responsabilidade a boa conservação do equipamento", impõe o despacho judicial no item B.

Giuliano Gomes



Ishii se destacou na Lava Jato.

PRIVILÉGIOS

O novo presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Velloso, defende o fim do foro privilegiado. Segundo Velloso, o benefício criado no regime militar, transformou o Supremo Tribunal Federal (STF) em uma Corte criminal. 'Todos devem ter foro na primeira instância a partir da competência dos crimes cometidos', propõe.

CUNHA NA MIRA

Na ação civil contra o presidente afastado da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) proposta ontem, a força-tarefa da Lava Jato pede que o peemedebista perca seus direitos políticos por 10 anos, além de perder os mais de R\$ 20 milhões que movimentou em suas contas não declaradas no exterior. Com isso, caso seja condenado, o político que chegou a ser o mais poderoso homem do Congresso pode ficar inelegível e ainda ter seu patrimônio bloqueado pela Justiça Federal.

14 JUN 2016

BEMPARANÁ

Mandato

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR), desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen, concedeu liminar suspendendo os efeitos de decisão anterior da C orte que havia determinado a cassac o do mandato do vereador de Curitiba, Paulo Rink. Eleito pelo PPS, ele mudou para o PR (Partido da República), alegando "justa causa", sob o argumento de que sua antiga legenda estaria estudando uma fusão com o PSB, nunca concretizada. No último dia 23, o TRE acatou a o do suplente, Diogo Busse (PPS), e determinou a cassac o de Rink. Com a nova liminar, ele vai permanecer no mandato até o julgamento de outro recurso, desta vez pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).